

RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.229 - RS (2018/0269293-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MICHEL CARVALHO AMADO
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DO ART.109, INCISO VI, DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES DO STJ. FALTAS GRAVES PRESCRITAS. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa (Agravamento em Execução n.º 0034366-31.2018.8.21.7000).

Consta nos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Novo Hamburgo/RS deixou de determinar a designação de audiência para a apuração das faltas graves imputadas ao Recorrido, por entender que seria inviável o reconhecimento judicial de faltas disciplinares praticadas durante a prisão preventiva (fl. 73).

Irresignado, o Ministério Público recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento ao agravo em execução penal (fls. 101-108). Os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público contra este acórdão foram parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos quanto ao resultado do julgamento (fls. 123-130).

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* estadual alega que o acórdão recorrido negou vigência ao art. 50, *caput* e inciso VI, c.c. o art. 39, incisos II e V, ambos da Lei de Execução Penal, sob o argumento de que "*não cabe ao julgador, por razões e critérios subjetivos, deixar de designar audiência de justificação e aplicar os consectários legais ao condenado que comete falta grave*" (fl. 142).

Aponta, ainda, ofensa aos arts. 67, 68, inciso I, e 106, § 1.º, todos da Lei de Execução Penal, aduzindo que a decisão do Magistrado singular é nula, pois não foi precedida da obrigatoria oitiva do Ministério Público em primeira instância.

Pleiteia, ao final, *"a admissão e o integral provimento do presente RECURSO ESPECIAL, para reformar o acórdão ora impugnado, a fim de que seja designada audiência de justificação para apuração da falta grave"* (fl. 144).

Contrarrazões às fls. 162-168.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Dra. Julieta E. F. C. de Albuquerque, opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 201-203).

É o relatório. Decido.

A análise do recurso encontra-se prejudicada pela prescrição das faltas graves cuja apuração judicial é pleiteada nas razões recursais.

Com efeito, em razão da ausência de previsão específica na Lei de Execução Penal, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se no sentido de que a falta grave praticada durante o cumprimento da pena submete-se ao prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no art. 109, inciso VI, do Código Penal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. APURAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO DO ART.109 DO CP. PRECEDENTES.

1. A prescrição das faltas disciplinares de natureza grave, em virtude da inexistência de legislação específica, regula-se, por analogia, pelo menor dos prazos previstos no art. 109 do Código Penal, qual seja, 3 anos, nos termos do disposto na Lei n. 12.234/2010 (AgRg no REsp 1.702.078/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 25/9/2018).

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 458.645/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe de 04/02/2019; sem grifos no original).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. APURAÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL. APLICAÇÃO DAS NORMAS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL - CP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça - STJ reconhece a aplicação, por analogia, do prazo prescricional previsto no art.109, inciso VI, do Código Penal, para apuração das faltas graves praticadas no curso da

execução penal. Desde a publicação da Lei n. 12.234, de 5/5/10, o prazo para que a infração disciplinar seja apurada e homologada em Juízo é de 3 anos, a contar do cometimento da referida falta disciplinar.

3. Habeas corpus *não conhecido*." (HC 462.886/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe de 10/12/2018; sem grifos no original).

No caso, as faltas graves imputadas ao Recorrido foram supostamente praticadas em **1º/12/2015**, **05/01/2016** e **14/02/2016** (fl. 104). Todavia, até o momento, não houve a apuração e o reconhecimento judiciais das referidas faltas graves, de modo que se consumou a prescrição da pretensão sancionatória quanto a elas.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso especial ante prescrição da pretensão sancionatória quanto às faltas graves nele discutidas.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora